

Unificar a classe trabalhadora para resistir aos ataques dos governos

No final da década de 1970 vimos o ressurgimento do movimento sindical combativo, com a explosão de grandes greves contra o arrocho salarial e a repressão da ditadura militar. A expressão maior desse movimento foram as lutas ocorridas no ABC paulista, que projetaram nacionalmente o então presidente do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo, Luiz Inácio da Silva, o Lula.

Alguns anos depois, esse movimento deu origem à CUT, que durante duas décadas constituiu-se na principal organização da classe trabalhadora brasileira.

No entanto, à medida que ampliava sua influência, a CUT foi perdendo o impulso originário. Com a chegada de Lula à presidência da república em 2002, transformou-se de vez em uma central pelega, totalmente submissa aos governos. Graças ao apoio da maioria dos

dirigentes sindicais e de outros movimentos sociais defensores do chamado "Projeto Democrático e Popular", Lula e agora Dilma vem aplicando um conjunto de medidas contrárias aos interesses da classe trabalhadora.

Essa situação desarmou os trabalhadores e dividiu as lutas. Foi graças à desmobilização desses setores que o governo Lula promoveu mudanças no sistema previdenciário que atingiu direitos conquistados pelos trabalhadores, especialmente os servidores públicos, e aplicou uma política econômica que favorece os banqueiros e grandes empresários, ao mesmo tempo que penaliza a população pobre com cortes no orçamento da educação, saúde e demais políticas públicas.

Para derrotar essa política, é fundamental romper com o imobilismo

dos sindicalistas governistas. Por isso, a tarefa central da atual etapa é reorganizar a classe trabalhadora, construindo novas ferramentas de mobilização e representação, como uma nova central sindical que aglutine todos os lutadores sociais para o combate com o governo e os patrões.

Sabemos que essa não é uma tarefa fácil. Provavelmente não teremos essa nova central unitária em um curto espaço de tempo. Por isso, o Sindifort apóia as tentativas de articulação dos sindicatos e movimentos para o fortalecimento das lutas, na perspectiva de transformação desses espaços em fóruns permanentes de mobilização. Um exemplo desse tipo foi nossa participação na Jornada Nacional de Lutas, através da organização de um debate sobre o PL 1463/2011, que trata do novo Código do Trabalho, e da participação no ato de protesto no dia 24/08 em Fortaleza e Brasília.

Ataques em Pauta no Congresso Nacional

PLP 549/2009 - Congela os salários dos servidores públicos por 10 anos.

PEC 233/2008 - Propõe uma reforma tributária que altera o financiamento da Seguridade Social, transformando as contribuições sociais - que tem destinação vinculada - em impostos.

PLC 92/2007 - Institui as fundações estatais de direito privado, que poderão atuar nas políticas públicas de ensino, pesquisa, saúde, meio ambiente, cultura, esporte, entre outras, com patrimônio e receitas próprias e podendo ser financiadas, inclusive, por recursos provenientes de entidades internacionais.

PL 1463/2011 - Cria o novo Código do Trabalho, desmontando a CLT e abrindo a possibilidade de descumprimento das leis trabalhistas nos acordos de trabalho.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA - Pretende atingir os beneficiários do regime geral e regimes próprios (servidores), aumentando ainda mais o tempo de contribuição, a idade para aposentadoria e reduzindo os benefícios através da manutenção do fator previdenciário (cujo fim foi aprovado pelo congresso mas vetado pelo presidente Lula).

Dia do Servidor: pouco a comemorar, muito para lutar

Dia 28 de outubro é o Dia do Servidor Público. Mais uma vez esse dia transcorre sem que a prefeitura de Fortaleza e demais governantes sinalizem com avanços significativos nas condições de trabalho e salários dos servidores públicos.

Em todas as esferas, o que vemos é a continuidade do arrocho salarial e propostas que visam unicamente aumentar a carga de sofrimento dos servidores e, por extensão, da população. Até mesmo quando obtemos conquistas na justiça, os governantes descumprem a lei e nos tiram os direitos, a exemplo do que fazem os governos Luizianne Lins (PT) e Cid Gomes (PSB) ao negarem-se a pagar o Piso Nacional do Magistério - direito este literalmente pisoteado pelas botas dos pelotões de choque da GMF e da PM. A Prefeitura de Fortaleza também deixa de implantar

anuênios, congela os demais pisos profissionais e horas extras incorporadas.

No município de Fortaleza, o quadro geral do serviço público vem piorando a olhos vistos. Além da situação da educação, sucateada e comprometida pelas recorrentes greves provocadas pelo descaso da atual gestão, a saúde sofre com a insatisfação dos médicos do SAMU e de todos os demais servidores da área, descontentes com os baixos salários e descumprimento de leis trabalhistas. A Guarda Municipal teve suas funções distorcidas e transformou-se em milícia privada da prefeita, para bater em manifestantes e fazer a vigilância da casa de sua mãe. As demandas populares aprovadas no chamado "Orçamento Participativo" não são executadas, inviabilizando a construção de moradias e obras de

urbanização nos bairros mais pobres. A pretexto de realização das obras para a Copa do Mundo, milhares de famílias estão sendo removidas de suas comunidades de origem. A terceirização tomou conta dos órgãos públicos, aumentando a desvalorização dos servidores de carreira e servindo como moeda de troca para a Prefeitura em suas negociações com vereadores de sua base de apoio. **Neste ano de 2011, nem mesmo a mísera reposição salarial de 6,3% foi garantida para todo o quadro funcional da PMF, ficando sem reajuste os servidores ativos e inativos da PGM (procuradores), médicos do IJF e fazendários.**

Como se isso não bastasse, o Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) constatou várias irregularidades praticadas por gestores da atual administração, inclusive a própria

prefeita. O TCM determinou a devolução de mais de R\$ 40 milhões aos cofres da PMF e aplicou multas de R\$ 4,3 milhões, referentes às contas dos exercícios dos anos 2007 a 2010 (conforme matéria publicada na edição do dia 12/07/2011 do jornal Diário do Nordeste).

No plano federal, a situação é tão ou até mais grave. Além do corte de R\$ 50 bilhões no orçamento, atingindo duramente a execução das políticas sociais, seguem em pauta no congresso vários projetos que visam limitar e retirar direitos (ver quadro acima).

Diante dessa situação só nos resta seguir lutando, resistindo e apostando na construção de um outro projeto social e político, que assegure os direitos dos servidores e que se coloque na perspectiva da superação desse sistema, rumo à uma nova sociedade para além do capitalismo e suas mazelas.

Expediente

Vitórias na Justiça!

PMF terá que pagar promoções do PCCS/92 e não poderá cobrar Imposto Sindical

O Sindifort acaba de obter duas importantes vitórias judiciais.

A Juíza Karla de Almeida Miranda Maia, da 7ª Vara da Justiça Federal, julgou procedente a ação movida pelo sindicato contra a cobrança do imposto sindical aos servidores do Município de Fortaleza, concedendo antecipação de tutela. A ação do Sindifort deveu-se ao fato do Ministério do Trabalho ter divulgado, em 2008, Instrução Normativa estendendo a cobrança do imposto para os servidores públicos. Antes, só era cobrado dos trabalhadores do setor privado.

Para o Sindifort, as entidades sindicais devem ser mantidas apenas por seus associados e suas contribuições regulares. Contribuições obrigatórias, como o imposto sindical, apenas servem para beneficiar as centrais sindicais, federações e sindicatos pelegos, facilitando o controle de lideranças sindicais do serviço público pelos governos.

A Prefeitura havia contestado a ação movida pelo Sindifort, sustentando a constitucionalidade do mesmo e a sua aplicação aos servidores públicos municipais. Agora, com a decisão, está suspensa a cobrança do imposto sindical pela PMF. Veja a íntegra da decisão no site www.sindifort.org.br.

Promoções do Plano de Cargos de 1992

Outra importante vitória foi obtida na ação que cobra as promoções do Plano de Cargos instituído pelo ex-prefeito Juraci Magalhães (PMDB). Por meio de sentença proferida pela Dra. Maria Vilauba Fausto Lopes, da 5ª Vara da Fazenda Pública, confirmada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a Justiça considerou procedente a ação movida pelo Sindifort em 1999, requerendo a implantação das

promoções por antiguidade estabelecidas pela Lei 7.141/92, bem como pagamento dos atrasados. Pela lei, os servidores municipais tinham direito, de forma automática, à promoção a cada dois anos, equivalente a 2% sobre o vencimento-base.

A decisão judicial beneficia todos os servidores abrangidos pela Lei 7.141/92 que ingressaram no serviço público municipal até janeiro/2005. Esses terão direito à implantação das promoções dos anos de 2002, 2004 e 2006. A decisão também obriga a Prefeitura a pagar os atrasados referentes às promoções de 1996 e 1998, implantadas junto com o do ano de 2000, bem como as demais promoções que não foram implantadas na data prevista. Já os servidores que não optaram pelos PCCS da prefeita Lulzianne Lins (PT) têm direito aos atrasados e à todas as promoções posteriores.

É importante salientar que só terá as promoções implantadas o servidor que requerer a execução da sentença. Para que o Sindifort promova a execução, os servidores deverão procurar o sindicato com os documentos abaixo indicados.

Documentação Padrão (para servidores que ainda estão na ativa): extrato de pagamento recente, RG, CPF, assinar procuração e contrato de honorários.

Documentação para aposentados: documentação padrão (veja acima); carta de afastamento, ato de aposentadoria publicado no Diário Oficial do Município.

Documentação para pensionistas: documentação padrão (veja acima); título de concessão da pensão publicado, certidão de óbito, certidão de casamento (se for o caso), certidão de nascimento do pensionista (se for o caso).

100 vezes Sindifort Informa

Nosso informativo chega à sua centésima edição. Um número para ser comemorado, dadas as dificuldades enfrentadas pela imprensa sindical para garantir continuidade com qualidade em suas publicações.

Desde o nosso primeiro número, em janeiro de 1998, mantivemos uma regularidade média de uma edição a cada 45 dias, o que demonstra a seriedade do trabalho de comunicação desenvolvido pelo Sindifort, através de sua diretoria e dos profissionais que elaboram o boletim.

Nos orgulhamos de ter conseguido manter ao longo dessas cem edições (além das edições especiais e edições extras) um alto nível na elaboração dos textos e na apresentação gráfica, mantidos mesmo diante das dificuldades materiais para garantir a impressão, especialmente nos primeiros números.

O Sindifort Informa é hoje reconhecido e elogiado em todo o movimento sindical e popular. Conquistamos esse reconhecimento pelo permanente compromisso em expressar o ponto de vista dos trabalhadores nas análises políticas,



Reprodução da 1ª edição do Sindifort Informa (janeiro/2008)

desmascarando os interesses dos governos e assumindo o papel de porta-voz das lutas dos servidores e empregados públicos municipais. Complementando o Sindifort Informa, produzimos diversas notas, panfletos, cartas abertas e muitas outras peças de comunicação visando informar e formar a consciência dos trabalhadores do serviço público municipal. Esperamos continuar com seu apoio, confiança e carinho e que essas 100 edições se transformem em 1000, 2000...

Um grande abraço da Diretoria Executiva do Sindifort e jornalistas

CAMPANHA DE SINDICALIZAÇÃO

Associe-se ao Sindifort e concorra a 5 TVs LCD de 32"



Fortaleza a luta e concorra a 5 TVs LCD de 32". O sorteio será pela Loteria Federal no dia 29/10/11.

Concorrem todos os sócios do Sindifort filiados até 26/10/11.

Veja o regulamento em www.sindifort.org.br

Seminário Previdência Regime Próprio (IPM) e Planos de Benefícios - Análise e Desafios

Dia 21/10/11, a partir das 8h no Auditório do Sindifort
Promoção: Sindifort | Apoio: SAM e IPM

O Sindifort, com apoio da SAM e do IPM, está promovendo o Seminário Previdência - Regime Próprio (IPM) e Planos de Benefícios - Análise e Desafios. O Evento acontece na sexta-feira, 21 de outubro, a partir das 8h no Auditório do Sindicato (Rua Vinte e Quatro de Maio, 1188 - Centro). Informações sobre inscrição podem ser obtidas na sede do Sindifort.

Programação

8h - Abertura

9h - Tema: Planos de Benefícios

Palestrante: Antonio Bráulio de Carvalho (Dir. de Planejamento da Fundação dos Economiários Federais-FUNCEF). **Debatedores:** Vaumik Ribeiro (Sec. de Administração do Município -SAM), Mário Mamede (Sup. do Instituto de Previdência do Município-IPM) e Gilson Fernando F. de Menezes (Auditor da Receita Federal, prof. de Direito Previdenciário da Faculdade 7 de Setembro e CETREDE-UFC).

11h - Tema: Regime Próprio de Previdência Social

Palestrante: representante da Caixa Econômica Federal-CEF.

Debatedores: Nascelia Silva (Pres. do Sindifort) e Gilson Fernando F. de Menezes.

13h - Intervalo

14h - Tema: Benefícios do IPM

Palestrante: representante do IPM. **Debatedora:** Eliane Barbosa (Dir. Jurídica do Sindifort).

16h - Conclusão